

MILITÂNCIA DE CLÉRIGOS E AÇÃO ALTRUÍSTA NO MARANHÃO (1950-1980).

Wheriston Silva Neris.

1. Introdução

Os diversos exemplos contemporâneos de intervenção no espaço político de agentes religiosos organizados, impondo às autoridades políticas sua representação da ordem social e da moral pública, contradizem a caracterização sociológico-política clássica da modernização e recolocam a questão das fronteiras entre o espaço público e o privado, o sagrado e o profano, a religião e a política (BURITY, 2001). Em certo sentido, é a essa recorrência da presença religiosa na cena pública que se pode atribuir a constância da discussão da problemática das relações entre religião e política no Brasil (AZEVEDO, 2004; LOWY, 2001). Como também observa Ernesto Seidl (2007), trata-se aqui, na realidade, de uma vastíssima produção bibliográfica onde é possível encontrar desde abordagens clássicas centradas no exame ou inventários das posições oficiais da alta hierarquia católica em relação à "política" e de suas variações ao longo do tempo (AZZI, 1978, 1998; LIMA, 1979; MORAIS, 1982), até aquelas dedicadas a entender o "papel" ou a "função" da Igreja como instituição legitimadora (representante do conservadorismo ou autoritarismo) ou contestadora do poder político estabelecido (BRUNEAU, 1979; DELLA CAVA, 1978; LÖWY, 2001; MAINWARING, 1989; SERBIN, 2001; HEWWIT, 1991; GUIMARÃES, 1978; KADT, 2007). Porém, embora se trate de um campo de estudos bastante diversificado, ainda continua a atrair a atenção de pesquisadores no Brasil e no exterior.

Embora também tenha como meta a discussão das intersecções entre religião e política, o ponto de partida que inspira este trabalho se distingue dessas abordagens por uma série de motivos: por um lado, por privilegiar uma dinâmica social e política, representada pelo Maranhão, que não foi contemplada pelos estudos precedentes, predominantemente concentrados em outras regiões e sobre o alto escalão da hierarquia; noutro, por que ao discutir a questão gênese e da difusão de uma nova forma de catolicismo fundado sobre a valorização do engajamento pessoal na transformação das relações sociais (BERLIVET & SAWICKI, 1994), busca privilegiar o exame da lógica, da constituição dos gostos, das expectativas e das disposições individuais que estiveram na base do engajamento diferenciados de sacerdotes no recorte em pauta (SEIDL, 2009); Por

fim, por que tem como meta compreender quem são esses militantes, quais as razões que os conduziram a defender os interesses dos outros e as próprias particulares desse tipo de *engajamento altruísta* (PASSY, 1998).

Formulada nesses termos, a questão da militância de clérigos nos coloca diante de pelo menos dois problemas analíticos: por um lado, aquele que remete a uma modalidade de *militantismo* que se poderia chamar de profissional, dado que envolve uma fração específica do *métier sacerdotal* (BÉRAUD, 2006) que encarna uma certa tradição de engajamento, uma certa ética e uma certa definição da profissão (para outro contexto, ver: WILLEMEZ, 2003). Nesse caso, a problemática de pesquisa reenvia à análise das *carreiras militantes* desses agentes e da maneira como elas podem ser agenciadas em sua atividade profissional e inversamente (SIMEANT, 2001; FILLIEULE, 2001).

Por outro lado, a problemática de pesquisa remete às peculiaridades de uma modalidade de engajamento que se distingue pela intervenção de militantes em lutas políticas setoriais e na defesa de causas sociais cujos benefícios não lhes concernem diretamente. Ou seja, nesse caso, a questão é a compreensão das lógicas que levam determinados indivíduos a consagrarem parte de seu tempo no exercício de atividades militantes cujos beneficiários são os outros: algo que poderia ser designado pelos termos de “militantismo moral”, “militantismo por consciência” ou “ação altruísta”, numa linha desenvolvida em diversas outras pesquisas (AGRICOLIANSKY, 2001; PASSY, 1998). Em síntese, trata-se aqui de uma análise que procura entender o imbricamento das dimensões profissionais e militantes, as peculiaridades dessa combinação e a variação no tempo dos custos e das retribuições desse engajamento (SIMEANT, 2001).

Tendo em vista esses pressupostos, pode-se compreender que quando se fala aqui de *militantismo católico* (RAISON DU CLEZIOU, 2009) estamos nos referindo a um conjunto diverso de iniciativas, estratégias e práticas observadas em vários domínios, duravelmente determinadas, tanto nos seus objetivos, quanto na sua forma, pelo esforço de afirmação da religião como uma maneira de pensar o mundo exigindo (conscientemente ou não) a sua inscrição no espaço de concorrência política ou mesmo na complementaridade com outras maneiras de definir os problemas e as soluções para o mundo social. Enfim, a noção de militantismo remete à um fenômeno social amplo, quer do ponto de vista cronológico, quer conforme a esfera social em que se realiza.

Com efeito, no texto que segue, procuramos oferecer um quadro dos diferentes engajamentos de clérigos no Maranhão tentando combinar os diferentes níveis de análise

mencionados. Conforme se poderá notar, a maior parte dos agentes pastorais em questão teve marcada atuação nas diversas comunidades eclesiais de base (CEB's) distribuídas pelo estado do Maranhão. Porém, o fato é que o escopo de intervenção desses representantes da chamada *igreja progressista* inclui diversas causas e mobilizações coletivas no Maranhão: aqui se encontra desde o engajamento com a problemática dos conflitos e da educação no campo, passando por movimentos sociais, grupos e entidades (CPT, MST, INCRA, Cáritas, Quilombolas, Quebradeiras de Coco), a atuação junto a sindicatos e círculos operários, a luta pela moradia e o ativismo em movimentos populares e comunitários na periferia da capital, até aqueles que envolviam mais diretamente valores gerais como a moral, a família, a escola, a paróquia, os costumes, a defesa da vida, justiça e direitos humanos, as atividades caritativas e de solidariedade social.

2. A militância de clérigos na construção de causas coletivas no maranhão

Do início dos anos 50 até o golpe de 1964, alguns setores da Igreja Católica no Brasil — ligados à direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a grupos de Ação Católica e a Teologia da Libertação — passaram a assumir posições de apoio às lutas populares, o que fez com que as críticas ao comunismo ou a determinados aspectos do capitalismo (como o laicismo e a secularização) dessem lugar ao questionamento das “injustiças sociais”. Paralelamente a isso, assiste-se uma notória expansão das esferas de ação religiosa por meio de sua inscrição em diversas mobilizações multi-setoriais. Nessa estrutura, cabe salientar em primeiro lugar a questão da chegada de diversos padres europeus que emigraram para o continente latino-americano, principalmente ao longo dos anos 50. De fato, essa migração esteve associada a uma política institucional de evangelização e de combate ao comunismo, ao protestantismo e ao espiritismo. As dioceses de diversos países foram convocadas então colaborar em uma cruzada, enviando padres para os continentes onde havia escassez de vocações sacerdotais (SUAREZ, 1991).

No caso do Maranhão, foi muito intensa a vinda de estrangeiros, a julgar pelo constante pedido de auxílio de religiosos e congregações para atuação pastoral/educacional. Mesmo na atualidade pode-se ainda ter uma idéia do peso assumido pelos estrangeiros no espaço católico local, visível particularmente no perfil do episcopado maranhense. O que importa ressaltar aqui, no entanto, é que parece haver uma notória e

ainda não explorada associação entre os modos de intervenção religiosa, social e política desses religiosos quer quanto ao grau de maior ou menor proximidade do pólo hierárquico (se diocesano ou membro de ordem), quer quanto às práticas e posições ideológicas das diversas ordens e congregações que chegam ao longo desse período no Maranhão. Se, para alguns desses agentes, a chegada e a atuação ao Maranhão constituiu a oportunidade de realização, em linguagem nativa, da “missão” ou do “carisma” de sua família religiosa, para outros configurou a oportunidade para um novo aprendizado da “tarefa sacerdotal”, resultando em experiências sociais marcantes como o ilustra a trajetória de Dom Xavier Gilles Maupeou.

Em um novo contexto, um processo de reconstrução de si.

Caso ilustrativo desse tipo de percurso é a trajetória de Dom Xavier Gilles de Maupeou d’Ableiges, sacerdote católico originado da França e, atualmente, bispo emérito de Viana (1998-2010). Escolhido para atender um pedido de Dom Antônio Fragoso, quando este era bispo auxiliar de São Luis (1957-1964), para dar início à atuação da Ação Católica em São Luis, assim que chegou foi indicado como vigário em diversas paróquias em bairros populares de São Luis (Monte Castelo, Fátima). Dessa experiência de chegada guarda ainda hoje o impacto dos comentários do bispo auxiliar quando de sua recepção: - *Xavier, nós pedimos um padre que viesse do mundo operário. Tu não vens do mundo operário, tu não conheces o mundo operário! Precisávamos de um padre maranhense, mas não temos, e tu não sabes nada do Maranhão.* Dom Xavier relata esse encontro como um *momento difícil e marcante*, sobretudo a constatação de que o aprendizado que tivera ao longo dos anos de formação sacerdotal na França foram avaliadas como insuficientes para o trabalho solicitado: *Em seguida apresentou-me a uma moça, que estava ao nosso lado e disse: - Estás vendo essa moça, ela faz parte de uma pequena equipe de jovens trabalhadoras. Elas vão te ensinar tua tarefa sacerdotal, tua profissão de padre. Foi dessa equipe composta de oito moças que comecei a entrar no mundo operário dos bairros de São Luis.* Pouco tempo depois de atuar como Assistente da Juventude Operária Católica, atendendo ao apelo de Dom Paulo Ponte, arcebispo de São Luís, foi para o interior do estado. Atuou como Pároco de São Benedito do Rio Preto e de Urbano Santos de 1968 a 1979, período em que foi preso pelo regime militar (1971), juntamente com o Pe. Padre Antonio de Magalhães Monteiro, acusados de comunismo. Após esse período, D. Xavier concluiu a Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí e Licenciatura em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. No interior, dedicou-se principalmente ao trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi Coordenador Estadual da Comissão Pastoral da Terra e das CEBs do Maranhão (1980-1982); Secretário Nacional do Comitê Episcopal França - América Latina entre 1982 e 1988; Reitor do Seminário Interdiocesano de Santo Antônio em São Luís do Maranhão (1989-1994); Reitor e Pároco de São José de Ribamar-MA (1993-1995). Em 1995, foi nomeado bispo auxiliar de São Luiz do Maranhão-MA, função na qual permaneceu em 1998. Neste cargo, foi Vigário Geral da Arquidiocese de São Luis do Maranhão e Moderador da Cúria. Em 1998 foi nomeado bispo da diocese de Viana. Atuou como Bispo responsável pelas CEBs do Maranhão. Trabalhou na Comissão Episcopal do Seminário Interdiocesano e do Centro Teológico do Maranhão (SISA e CETEMA). Exerceu a função de juiz do Tribunal Eclesiástico, Bispo responsável pelo do Clero do Regional Nordeste V; da CNBB e Capelão do Hospital Aquiles Lisboa. Foi responsável também pelo bispo que acompanha as Pastorais Sociais do Maranhão, Vice-Presidente do Regional Nordeste V e Vice-Presidente da Comissão Pastoral da Terra Nacional. Sua atuação é destacada na luta pelos direitos humanos (MONTENEGRO, 2010; PEREIRA, 2011).

Por outro lado, cabe destacar, precisamente nos anos 30, a descoberta da “questão operária” pela Igreja. Essa questão certamente encontrava respaldo na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII e na retomada da mesma em 1931, com a *Quadragesimo Anno*, estando relacionada ainda ao chamado anticomunismo católico. A preocupação com o crescente peso da classe operária no país foi corporificada na criação dos chamados “Círculos Operários”, os quais resultavam do empenho dos representantes institucionais e também de segmentos do laicato, com a regulação da relação entre patrões e operários, e o combate a “ideologias exóticas”, em especial a “ameaça vermelha”. No Maranhão, essa preocupação pode ser notada, por exemplo, na iniciativa da UMC (União dos Moços Católicos) em fundar a “Legião Maranhense do Trabalho” (LMT), com a finalidade de oferecer “ao operariado da nossa terra um porvir bem próximo, em que não terá mais o trabalhador, qualquer que seja, de reclamar, nem a carestia da vida, nem o desconforto do lar, nem a ausência do sossego, nem o constrangimento ou a opressão dos patrões, nem a falta de assistência médica ou dentária, nem a falta de emprego ou de diversões lícitas, nem a falta de escolas, de livros ou de remédios, nem mesmo os funerais, porque tudo isso se propõe realizar a União dos Moços Católicos” (PACHECO, 1969, p. 630). Aos filiados à LMT, eram oferecidos diversos abatimentos e descontos entre “médicos”, “dentistas”, “phamácia”, “ferragens”, “chapelarias”, “casas funerárias”, “casas de ensino”, assim como as “escolas domésticas” que, funcionando em diversos bairros da cidade, eram direcionadas às “esposas e filhos de operários” (CORRESPONDENTE, 18 de abril 1936, n. 39, p.1).

Seja como for, no início da década de 50, o propósito de combater o comunismo e/ou de romper com as “estruturas injustas” marcaram por seu turno o início da preocupação da Igreja Católica maranhense com a problemática dos conflitos no campo (a este respeito, ver: Costa, 1994). Conforme Alfredo Wagner Berno de Almeida (1981, p. 47), o então Arcebispo de São Luís, D. José de Medeiros Delgado, procurou superar a débil presença da Igreja nessa área, dando início a "um intenso programa de ação social junto às populações rurais", denominado de "Ruralismo" (COSTA, 1994). De fato, a sanção pela Igreja de espaços de atuação mais críticos fez-se sentir através da emergência de uma série de polêmicas com outras entidades, pois, "em setembro de 1957, a expansão dos organismos de inspiração religiosa rivalizava com a Associação de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM)" (ALMEIDA, 1981, p. 52). Tais iniciativas culminaram na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Maranhão, instituída em 1975, que

estava estritamente ligada às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), tendo em vista “o crescimento dos conflitos no campo e a inexistência de organizações autônomas de trabalhadores rurais, que pudessem conduzir as suas lutas”.

Como destaca Viviane Oliveira Barbosa (2008, p. 269-270) para o Movimento de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a atuação da Igreja Católica através de padres e missionários nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de algumas organizações como a Cáritas, fundada em 1956, a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), criada em 1965, e a CPT, etc. foi fundamental nos conflitos; uma vez que por meio de seu apoio diversos trabalhadores rurais eram poupados de maiores violências, bem como suas mobilizações e denúncias ganhavam em visibilidade. Não raro, as lideranças do movimento eram a Igreja Católica em seus povoados, constituindo às vezes os núcleos centrais das CEBs ou de clubes de mães. Nesse sentido, como conclui a mesma autora (2008, p. 270), “a Igreja contribuía para o surgimento de uma nova linguagem nos movimentos através de seus rituais (celebrações, caminhadas, vigílias) e de suas práticas comunitárias. As situações de conflitos passaram a ser muitas vezes o lugar de atuação das CEBs”. “Algumas músicas de protesto vinculadas ao MIQCB apresentam forte influência do catolicismo. Muitas delas são semelhantes aos cânticos entoados nas pastorais católicas e têm o mesmo ritmo, diferindo, em alguns casos, nas letras que são criadas em consonância com as experiências das quebradeiras”.

Ponto de vista semelhante pode ser encontrado nos trabalhos de Madeleine Adriance (1991) que aponta para a importância central dos sacerdotes e, principalmente, de freiras e leigos como forças motrizes das Comunidades Eclesiais de Base no Maranhão. Questionando a tese de que as CEB's teriam florescido principalmente nas dioceses onde os bispos tomaram a iniciativa de seu desenvolvimento – para a autora, a fonte desse erro seria a ênfase nas análises sobre as CEB's urbanas e a extensão dos resultados de pesquisas concentradas em São Paulo para outros contextos – através de uma pesquisa realizada em 9 paróquias do Maranhão, Adriance aponta que os agentes de pastoral eram, na realidade, mais influentes no trabalho de apoio e organização das comunidades que o próprio episcopado local. Além disso, em alguns casos, esses agentes tinham de enfrentar a oposição aberta do bispo, fator que não impedia a continuidade do trabalho desenvolvido pelas CEB's (COSTA, 1994). Para a autora, dentre esses agentes, a contribuição das “irmãs” era a mais significativa, sobretudo quando comparado o seu quantitativo com o número de padres e leigos envolvidos no dia-a-dia da organização da comunidade, dos

grupos de jovens e de mulheres, no trabalho de educação política e de treinamento de lideranças. A discussão da importância das religiosas nos vínculos entre experiência religiosa e ativismo social constituem, sem dúvida, um promissor objeto de análises praticamente inexplorado no Maranhão, onde se localiza algumas das mais antigas CEB's na América Latina.

Outros exemplos de atividades pastorais desse setor, na década de 60, foram a ACR (Animação dos Cristãos no meio Rural), a JAC (Juventude Agrária Católica), o próprio Movimento de Educação de Base (MEB) e a catequese avançada conduzida por D. Antônio Frago, então Bispo Auxiliar de São Luís e considerado um dos expoentes da Igreja Progressista no Brasil. O envolvimento de agentes vinculados à Igreja realizando trabalhos de educação sindical, criação de novos sindicatos e associações (alguns chamados “sindicatos dos padres”), disposição de assessorias jurídicas como as promovidas pela CPT, denúncias, além do treinamento de lideranças camponesas, suscitou diversas campanhas contra a chamada “Igreja progressista no Maranhão” promovidas por agentes externos e também internos à hierarquia (COSTA, 1994).

Acusados de fomentar os conflitos no campo ou de “atividades subversivas”, diversos religiosos foram alvo também de agressões físicas marcando o crescimento da violência, envolvendo agentes da pastoral no espaço empírico em questão. Como se sabe, o aumento do número de religiosos e leigos presos, torturados e mesmo mortos no Brasil e na América Latina foram fatores fundamentais para o envolvimento de representantes da Igreja na questão dos “direitos humanos” e na radicalização das campanhas contra a tortura e a violência. A diversidade de combinações entre as experiências e disposições religiosas e as exigências políticas do período permitiram então o nascimento de uma espécie de nova forma de “heroísmo clerical revolucionário”, ligado a uma “martirologia” que “abre novas perspectivas políticas e religiosas” (Para outro contexto, ver: SUAREZ, 1991). Dentre os casos representativos de sacerdotes cujo exercício do métier se tornou indissociável da causa em que se envolvia, suscitando um “engajamento total”, pode-se tomar o caso ilustrativo do Padre Jósimo Moraes Tavares: sacerdote católico, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, “Herói na defesa da causa dos trabalhadores rurais”, que se dispôs inclusive a sacrificar sua vida pela convicção política e religiosa.

Tenho que assumir. Estou empenhado na luta pela causa dos lavradores indefesos, povo oprimido nas garras do latifúndio. Se eu me calar, quem os defenderá? Quem lutará em seu favor? Eu, pelo menos, nada tenho a perder. Não tenho mulher, filhos, riqueza... Só tenho pena de uma coisa: de minha mãe, que só tem a mim e ninguém mais por ela. Pobre. Viúva.

Mas vocês ficam aí e cuidam dela. Nem o medo me detém. É hora de assumir. Morro por uma causa justa. Agora, quero que vocês entendam o seguinte: tudo isso que está acontecendo é uma consequência lógica do meu trabalho na luta e defesa dos pobres, em prol do Evangelho, que me levou a assumir essa luta até as últimas consequências. A minha vida nada vale em vista da morte de tantos lavradores assassinados, violentados, despejados de suas terras, deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e sem lar (TAVARES, 1986, p. 17-18).

De fato, na narrativa de diversos dos sacerdotes militantes que participaram de mobilizações ao longo do período, engajando-se no espaço público para defender interesses coletivos no Maranhão, a compreensão do próprio engajamento é construída pela via da realização de um ideal de vida, de uma vocação e coerência que se impõem mesmo frente ao rompimento dos vínculos institucionais. É isso que parecem exibir com notória clareza os militantes que deixaram a batina e que experienciaram a realização de um ideal religioso de vida, segundo um modo distinto do proposto pela instituição à qual pertenciam, ou pelas gerações anteriores.

A reconstrução de si e o engajamento de uma vida

A minha experiência, sobretudo, de Deus ela hoje, ela foge das categorias institucional, né, por que pra mim eu não vejo minha experiência de Deus presa a uma instituição religiosa, tipo, a Igreja, como a Igreja quer se apropriar disso. Eu presencio de que, todo pessoal que tá numa luta pra fazer com que os direitos das pessoas não sejam violados. Todas as pessoas que se somam na solidariedade, pra que as pessoas tenham dignidade, tenham vida. Eu acho que é nesse universo que pra mim Deus se manifesta com muita força, mais do que lá naquela instituição religiosa (...) Eu, quando tomei a decisão de que ia deixar o ministério, eu, tava seguindo um princípio que eu, antes de ser padre, tinha me colocado. Eu disse o seguinte: ninguém tá me obrigando a ir por esse caminho, a fazer esse serviço, a ser padre, eu tô de livre e espontânea vontade entrando nisso, e quero ter muita liberdade, nesse caminho. Se de repente eu achar que preciso redimensionar essa opção, que eu tenha força de fazer, sem constrangimento. E pra mim foi muito legal isso, por que, eu passei os sete anos no ministério, não passei frustrado. Eu trabalhei, acho que vivenciei bem isso. Não vivi esquema de duplicidade, por que a coisa é assim: olha o cara tá lá no altar, mas atrás tem uma porção de outras coisas que tá escondendo. Não, eu sempre fui uma pessoa acho que bastante sincera, nesse lado, mas muito também sincera em dizer, olha eu faço isso mas se em dado momento se eu precisar realmente repensar isso. Eu quero ter muita naturalidade, muita tranquilidade, pra fazer, e foi isso que eu fiz. E eu saí do ministério, fiquei nesse trabalho que nós estamos aqui, na luta das comunidades, no contato com o povo, sem aquele negócio de ruptura, de muitas diferenças. Quando eu me engajei no trabalho de comunidade de base, lá na Andiroba, nas comunidades vizinhas, eu tinha 16 ou 17 anos de idade. Agora eu tenho 53 anos, e são o quê? São 36 anos sem sair desse movimento, dessa militância, dessa luta, quer dizer, é uma vida toda. (Depoimento colhido no documentário Andiroba (2008), dirigido por Jerome Perret, onde é apresentada a trajetória do (ex)Padre Vale como um dos apoiadores de diversas mobilizações entre camponeses do Baixo Parnaíba no Maranhão, contra o projeto de expansão da monocultura intensiva de eucalipto na região).

Retomando o eixo de exposição anterior, a origem das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Maranhão, por outro lado, remonta à segunda metade dos anos 50,

reforçando a presença constante da Igreja Católica nos “movimentos comunitários” que se organizavam em vários bairros da periferia de São Luis do Maranhão. Conforme Arleth dos Santos Borges (1998), a perspectiva do trabalho realizado era fundamentalmente religiosa e caritativa, mas a dimensão organizativa e reivindicatória também se fazia presente, modestamente: “As atividades mais frequentes das CEBs também eram diversificadas, indo das celebrações religiosas (batismo, catequese, círculos bíblicos) ao engajamento político em sindicatos, associações, movimentos sociais como o Movimento Contra a Carestia. Também realizavam visitas a residências e a enfermos, viabilizavam a construção de escolinhas e capelas, cursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e campanhas de saúde” (BORGES, 1998, p. 80-81).

Porém, a igreja também dispôs de alguns repertórios de ação para mobilização da opinião pública por meio da organização de manifestações de rua ou de campanhas de politização de temas variados. O “Movimento Contra a Carestia” (MCC), talvez o mais expressivo nesse período, pode ser tomado como ilustrativo dessas modalidades diversas de engajamento político e contestação oriundos de alguns setores da Igreja Católica. Em termo gerais, o MCC se inscreve no rol de acontecimentos que em 1978 e 1979 mobilizaram os “pobres” na busca de soluções para os problemas que enfrentavam, no caso, o alto custo de vida. Surgido primeiramente em São Paulo, no Maranhão o movimento foi lançado em 1979 no Bairro de Fátima, como parte das comemorações do dia do trabalhador. A iniciativa partiu de grupos da Igreja, como a Ação Operário Católica, com grupos de base espalhados por diversos bairros populares da cidade de São Luis, capital do Estado do Maranhão. A própria composição das lideranças estaduais do MCC demonstra a composição social e ideológica diversificada dos agentes que a ele se vincularam: a operária Maria Carvalho, o locutor de rádio José Raimundo Aroucha (PDT), o estudante Júlio Guterres (ligado ao PCdoB), Frei Nonato, Padre João Maria, etc. A campanha recebeu amplo apoio de outras entidades, como a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, o Comitê pela Anistia e o DCE da UFMA. Em suma, o MCC é um exemplo claro de uma grande frente das lutas populares urbanas resultantes do impulso dos “setores progressistas da Igreja Católica ao lado de outras entidades” (BORGES, 1998; 2006).

A politização de questões, amplificada no quadro de abertura política, também repousou num trabalho de reinterpretação de problemas sociais mais concretos como aqueles vinculados à questão da infra-estrutura urbana e da luta pela moradia/habitação.

Conforme Jesus Marmanillo Pereira (2011), a construção social da idéia de “direito à moradia”, fundamental para legitimação no espaço simbólico do movimento de reivindicação por habitação, não teria sido possível sem que houvesse uma forte atuação de diversos especialistas vinculados principalmente à Igreja ou à Advocacia, os quais exerciam a função de intermediários culturalmente favorecidos. Entre as diversas contribuições do trabalho no quadro de pesquisas regionais, uma que interessa mais diretamente ao tema que se vem discutindo é o da qualificação da importância detida pelas redes e formas de mediação religiosas naquele contexto. Por um lado, por demonstrar que o conjunto multi-organizacional do movimento de luta pela moradia, ao longo das décadas de 1960 a 1980, tinha, como principal elemento de continuidade, a manutenção de vínculos diretos ou indiretos com a Arquidiocese, a qual tendia a funcionar como uma grande estrutura de mediação, construção e manutenção de redes e alianças a nível regional. Em outro, pela demonstração da intensa presença de sacerdotes na realização de denúncias em periódicos, protestos - alguns dos quais, ocasionando prisões - e na construção de “palavras de ordem”, os quais permitem ver com clareza não somente o emprego de repertórios de ação oriundos da religião (hinos, orações, cânticos nas mobilizações), como também as estratégias de publicização e mobilização da opinião pública.

De fato, a observação das lógicas de funcionamento de organizações tais como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), a Comissão de Justiça e Paz, a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Associação Saúde na Periferia (ASP), que contava com o apoio da MISERIOR (organização de combate à fome e à pobreza, vinculada à Igreja Católica Alemã), a Cáritas, etc., em seus múltiplos vínculos com a Igreja Católica, permitem falar aqui em um “quadro católico transnacional” (DELLA CAVA, 1988, p. 243-244) que subsidiou o envolvimento dos católicos em questões sociais, garantindo, inclusive, uma audiência e amparo internacional aos diversos movimentos vinculados à instituição. Essas redes de acesso ao internacional dependeram fortemente da colaboração de agentes com circulação externa – principalmente estrangeiros, mas não somente – que foram responsáveis pela intermediação entre as demandas em nível regional, nacional e até internacional, e atuaram na formulação de novas “agendas” e nas diversas lutas no que tangem às novas problemáticas e questões em voga.

Outros elementos importantes da influência católica nas mobilizações em espaço urbano também são evidenciados no estudo realizado por Arleth Borges (1998; 2006)

quanto à organização do movimento estudantil no contexto de redemocratização. Para a autora, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e a Pastoral Universitária (PU) foram fundamentais para a forte influência ideológica exercida pela Igreja no meio estudantil. Já em 1979, o setor estudantil com maior influência ideológica no Movimento Estudantil era a Igreja Católica. Tal influência teria sido marcada pela vitória do Grupo Unidade nas eleições estudantis para o DCE/UFMA em 1978, período em que os estudantes foram sendo engajados em diversas “lutas democrático-populares” e “frentes” em curso.

Contudo essa orientação era ambígua, uma vez que decorria de influências bem diferenciadas. Por um lado, havia a JUAC – Juventude Autêntica Cristã (conhecida como Grupo de Jovens da Igreja da Sé) dirigida pelo Padre João Mohana; de outro, havia a Pastoral Universitária (PU) influenciada principalmente pelos padres Rejean Pacini e Marcos Passerini, da Igreja de São João. “Enquanto o Pe. Mohana era mais preocupado com questões de ordem religiosa, moral e ‘preparação de lideranças’, estes últimos acentuavam as questões políticas, a denúncia do regime autoritário e a importância da unificação das forças oposicionistas” (BORGES, 2006, p. 113). Disso decorre, como conclui a pesquisadora, que o movimento estudantil demonstra claras “articulações entre fé católica e atividade política”; como “os movimentos religiosos delineavam lutas e organizações políticas” e que “o empenho em vivenciar a dimensão política da fé religiosa foi uma poderosa força a animar o movimento estudantil em 1978 e 1979 e também, se faz presente na maior parte das lutas de caráter popular daquela época” (BORGES, 1998).

Essa influência pode inclusive ser notada na análise da construção do PT do Maranhão, uma vez que mesmo negada pelos seus “fundadores”, “é forçoso reconhecer que parte significativa desses fundadores do partido despertaram para o mesmo a partir do seu engajamento em estruturas da Igreja (PJ/PU, grupos de jovens, grupos de casais, etc.)” (BORGES, 1998, p. 84). De fato, seja em entidades associativas ligadas a diversas causas, seja em sindicatos ou partidos políticos, é muito frequente encontrarmos agentes caracterizados pelo seu ativismo anterior ou socialização no seio de organizações vinculadas à Igreja Católica. Aliás, essa recorrência já deveria ter suscitado o interesse por investigar as trajetórias de militantes cristãos que deixaram suas organizações religiosas, ao preço de revisões ideológicas e biográficas importantes, para se engajar em organizações políticas (a esse respeito e noutra contexto, consultar: Julie Pagis, 2009).

3. Conclusão

Em síntese, apesar da heterogeneidade das causas, mobilizações e esferas de atuação mencionadas, todos esses apontamentos auxiliam no intento de expor como houve uma forte inserção dos agentes e repertórios religiosos em vários domínios sócio-políticos de ação no Maranhão. Isto sem esquecer que a diversidade de usos de um mesmo espaço confessional, implica atentar para as transformações históricas, políticas, sociais e institucionais que constrangeram ou oportunizaram as modalidades de militância católica. Tal procedimento de análise do objeto para oferecer alguns ganhos: em primeiro lugar, porque permite avançar na compreensão das relações de interdependência estabelecidas pelos membros dessa unidade compósita, à qual denominamos catolicismo, com suas bases sociais e culturais, e as demais instituições e esferas às quais suas trajetórias estiveram vinculadas (para outro contexto, ver: Coradini, 1998). Além disso, em segundo lugar, pode-se observar de um ponto de vista histórico-social que, mesmo se tratando de agentes que compõem uma mesma elite cultural, a composição social, os temas básicos, os recursos de luta, as estratégias e as modalidades de mediação tornaram-se muitíssimo diversificadas ao longo do recorte em pauta (Para outro contexto, ver: Pécaut, 1990; Coradini, 1998). Embora seja possível tomar alguns itinerários e investimentos para efeito comparativo, o fato é que, mesmo em cada uma das instituições ou esferas selecionadas, é possível identificar variações que recolocam a questão do que unifica essas práticas. O que importa destacar aqui é que, embora se trate de agentes que pertencem a um mesmo domínio confessional, e que partilham uma mesma identidade, a hipótese que tem se apresentado mais rica para o trabalho que estamos desenvolvendo é que o ativismo clerical não tem nem as mesmas motivações, nem os mesmos níveis de intensidade e tampouco as mesmas retribuições simbólicas.

Cumpramos ressaltar, por fim, que se recorremos aqui a casos de religiosos que investiram em movimentos, organizações leigas, formas variadas de mobilização coletiva, frequentemente agrupados sob a categoria de “progressistas”, é tanto porque consideramos que esse objeto permite discutir de frente a questão do cruzamento de lógicas, dos usos sociais e políticos da religião e do lugar do religioso no espaço simbólico, quanto permite avançar na compreensão daquilo que essas militâncias fazem aos agentes e ao próprio catolicismo, sobretudo quanto aos seus modelos de excelência, suas hierarquias e divisões

internas, suas retribuições materiais e simbólicas e suas capacidades de influência. Não parece haver dúvidas de que foi justamente o fato de esse espaço confessional ter suscitado militâncias diversas e até mesmo antagônicas que permitiu ao *ethos católico* ganhar tanto em amplitude quanto em ambivalência.

Um exame mais apurado de cada uma das dimensões discutidas até aqui tem conduzido ainda a levar em conta diversos elementos que ajudam a compreender os diferentes padrões de engajamento militante de sacerdotes e que não puderam ser contemplados, tais como: o espaço onde se procede a militância (se realizada no campo ou cidade), os públicos destinatários dessas ações, o tema dos movimentos e sua posição no espaço político (por exemplo, se mais ou menos associados ao jogo político-partidário), a origem social dos religiosos (agentes em estágio de ascensão social via a instituição, de origem estrangeira, etc.), quanto ao tipo de vínculo institucional (se religioso ou diocesano), etc. Da mesma forma, suas carreiras também indicam níveis distintos de implicações quanto ao envolvimento explícito com a política, indo desde o bloqueio ou retardo de ascensão na hierarquia até o rompimento de vínculos institucionais.

Referencias

AGRIKOLIANSKY , Eric. Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la Ligue des droits de l’homme dans les années 1980. *Revue française de science politique*, 51 (1-2), p. 27-46, 2001.

ADRIANCE, Madeleine. Agents of change. **The roles of priests, sisters, and lay workers in the grassroots catholic church in Brazil**. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 1991, 30 (3); 292-305.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Transformações econômicas e sociais no Campo Maranhense** – autonomia e mobilização camponesa no Maranhão. Sao Luis: CPT, 1981.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. In: *Estudos Avançados*, n.º 18 (52), 2004.

AZZI, Riolando. **O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930**. *Síntese*, v. 5, n. 12, p. 47-78, jan./mar. 1978.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu**. *História Social*.Campinas-SP, n. 14/15, p. 255-275, 2008.

BERLIVET , Luc; SAWICKI , Frédéric. **La foi dans l’engagement**. Les militants syndicalistes chrétiens de Bretagne dans l’après-guerre. *Politix*, 27, p. 111-142, 1994.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. 1998. 303 fls. Dissertação em Ciência Política – Universidade de Campinas, Campinas, 1998.

_____. Estudantes e Política: movimento estudantis e greve pela meia passagem no contexto da redemocratização. **Ciencias Humanas em Revista**. São Luis, EDUFMA, v. 4, n. 1, jun. 2006.

BRUNEAU, Thomas C. **Religião e politização no Brasil**. São Paulo, Edições Loyola, 1979.

BÉRAUD, Céline. **Le métier de prêtre**. Approche sociologique. Paris, Éditions de l'Atelier, 2006, p. 155.

BURITY, Joanildo. "**Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica**". **Rever** 4. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://pucsp.br/rever/4/t_burity.htm>. Acesso em: 07.09.2011.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja: A atuação da CPT no Maranhão (1976-1981)**. 1994. 59 fls. Monografia de Licenciatura em História – Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 1994.

CORADINI, Odaci Luiz. **Elites Culturais e concepções de política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta**. Relatório de Pesquisa para CNPq. Porto Alegre, 1998.

DELLA CAVA, Ralph. **Política a curto prazo e religião a longo prazo: uma visão da Igreja Católica no Brasil (em abril de 1978)**. In: RIBEIRO, Darcy et alli. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp.242-258.

_____. **Política do Vaticano (1878-1990): uma visão geral**. In: Catolicismo: Unidade religiosa e pluralismo cultural. SANCHIS, Pierre (org). Edições Loyola, São Paulo, 1982.

FILLIEULE, O. **Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel**: Post-Scriptum. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001.

GUIMARÃES, Almir. **Comunidades Eclesiais de Base no Brasil**. Petropolis, Vozes, 1978.

HEWITT, W.E.. **Base Christian Communities and Social Change in Brazil**. Lincoln University of Nebraska Press 1991.

KADT, Emanuell de. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

LAGROYE, Jacques. **Sociologie Politique**. Presses de la Fondation nationale des sciences politique, Paris, 2002.

LÖWY, Michael. **Rapports entre le religieux et le politique en Amérique Latine.** Archives de Sciences Sociales des Religions, n. 114, p. 61-66, avril-juin 2001.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia e Memória.** São Paulo, Contexto, 2010.

MORAIS, João F. Régis de. **Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

PAGIS, Julie. **La politisation d'engagements religieux. Retour sur une matrice de l'engagement en mai 68.** Revue française de science politique, v. 60, 2010/1.

PASSY, Florence. **L'action altruiste.** Contraintes ET opportunités de l'engagement dans Le mouvement sociaux. Librairie Droz S.A., Genève, 1998.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e a "luta pela moradia em São Luís" entre as décadas de 1970 e 1980.** 2011. 201 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

RAISON DU CLEZIOU, Y. **Le pouvoir religieux et l'Etat em France.** In: COHEN, Antonin; LACROIX, Bernard; RIUTORT, Philippe. Nouveau manuel de science politique. Paris: Éditions La Decouverte, 2009.

SEIDL, Ernesto. **Um discurso afinado: O episcopado católico frente à "política" e ao "social".** Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso) **JCR**, v. 13, p. 145-164, 2007.

_____. **Lógicas Cruzadas: carreiras religiosas e política.** **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, p. 11-27, 2009b.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIMEANT, Johanna. **Entrer, rester em humanitaire: des fondateurs de MSF aux membres actuels des ONG médicales françaises.** Revue française de science politique, vol. 51, n. 1-2, 2001, PP. 47-72.

SUAREZ, Hugo José. **Sur l'engagement de prêtres-ouvriers dans La guerrilla révolutionnaire en Bolivie.** Actes de la recherche em sciences sociales, n. 155, 1991, p. 91-100.

TAVARES, Josimo Moraes. **Testamento espiritual do padre Josimo.** In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Pe. Josimo: a velha violência da nova república. CPT, 1986.

WILLEMEZ, Laurent. **Engagement professionnel et fidelités militantes.** Les avocats travaillistes dans La défense des salariés. In: Politix. Vol. 16, n. 62. 2003, PP. 145-164.